

ACM e a Presidência 03 MAR 1997

CORREIO BRAZILIENSE

O Senado está mesmo disposto a fazer mudanças na proposta de emenda constitucional, que assegura ao presidente Fernando Henrique Cardoso, aos governadores e prefeitos o direito de concorrerem à reeleição, em 1998.

Muitos são os senadores que pensam em concorrer aos governos estaduais, no próximo pleito, mas sabem ser praticamente impossível derrotar os atuais governadores, caso estes, não estando obrigados a desincompatibilizar-se, continuem em seus cargos até as eleições, com o controle da máquina política, econômica e administrativa dos estados.

A tendência, portanto, é impor a idéia de desincompatibilização, em princípio apenas para os candidatos aos governos estaduais e às prefeituras. Sucede, porém, que, do ponto de vista constitucional, a discriminação a favor do presidente FHC soa injusta e casuística. Por isso, muitos senadores pensam em estabelecer a mesma regra de desincompatibilização para o pleito presidencial.

No Senado, poucos são os atos de rebeldia contra os interesses do governo que prosperam. É possível, pois, que esse, embora seja apenas de pseudo-rebeldia, também não vá muito longe, apesar de ter alguns ingredientes convidativos e politicamente proveitosos.

Aprovada pelos senadores a tese do tratamento igual para todos os candidatos às reeleições, caso o presidente FHC deva afastar-se de seu cargo, o que acontecerá? Normalmente, ele seria substituído pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, a menos, claro — como se espera — que o ex-senador pernambucano também concorra à reeleição e precise igualmente desincompatibilizar-se.

Nessa hipótese, quem o substitui é o presidente titular da Câmara, deputado Michel Temer, cujo mandato acaba em janeiro de 1999. Dificilmente o representante paulista aceitará trocar sua reeleição de deputado por mais quatro anos ou a eleição a cargo de maior importância (talvez a

senatorial, por oito anos) por não lhe interessar assumir a chefia do governo, em caráter provisório, apenas para enriquecer sua biografia política, mas sem lhe oferecer mais nada no futuro.

Chega-se, depois de tais eliminações, ao nome do presidente do Senado, o baiano Antonio Carlos Magalhães, cujo mandato senatorial termina em janeiro de 2003. A menos que ACM não queira, expressamente, ocupar a Presidência da República nem presidir as eleições gerais do país, em 1998, raros senadores da maioria governista se oporiam a que isso acontecesse, pois muitos deles, candidatos eventuais a governador, sabem que teriam o apoio efetivo do representante baiano às suas campanhas eleitorais. De resto, quase todos acham que a presença de ACM no Palácio do Planalto poderia tornar ainda mais fácil a vitória de FHC na luta para reeleger-se a novo mandato, sem a obrigação de expor-se, perigosamente, como candidato e presidente.